

Econ. Brasil O caminho da desindexação

18 MAR 1991

A prolongada utilização da indexação, essa espécie de morfina que permite a um organismo doente conviver com o mal inflacionário, mesmo nos períodos de crise aguda como agora, produziu na economia brasileira uma situação de dependência. Salários, preços, câmbio oficial e tributos atrelaram-se, com maior ou menor precisão, a um indexador do qual parecem não conseguir se livrar. Trabalhadores, industriais, comerciantes e o sistema financeiro chegaram à sofisticação de construir indicadores próprios sempre que os oficiais não mais os satisfizessem. A confirmação, pela futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de que o programa do governo Collor prevê a desindexação, por isso, provocou nervosismo, particularmente no mercado financeiro.

Tentada sem sucesso no governo Sarney, a desindexação forçada, por decreto, acabou resultando em graves distorções na economia, e no fracasso dos planos antiinflacionários. Se a política antiinflacionária do futuro governo se limitasse à desindexação — seja por meio do congelamento, seja pela presfixação da correção de preços e salários —, como ocorreu nas experiências anteriores, o nervosismo seria perfeitamente justificado. Há, no entanto, uma diferença essencial entre o que propõe o programa coordenado pela economista Zélia Cardoso de Mello e o que se fez no governo que está terminando.

Os choques aplicados pelo governo Sarney limitaram-se ao componente heterodoxo — o controle de preços e salários —, deixando intocada a causa estrutural da inflação, o excesso de gastos do governo, que produz o déficit público e impede a execução de uma política

monetária áusterá. Como se atacarão apenas seus efeitos, isto é, os preços, era inevitável que a inflação recrudescesse pouco depois, alimentada pela desorganização da economia (com a escassez, o desabastecimento, o ágio, o desestímulo à produção) e em seguida pela explosão dos índices de preços (que nem milhares de "fiscais" nas ruas conseguiram evitar). A cada choque, a inflação retornou com ímpeto maior, até atingir os índices insuportáveis de hoje.

Por tudo o que tem dito a futura ministra Zélia Cardoso de Mello, entretanto, o governo Collor deverá fazer o que o governo Sarney, por falta de coragem política, não fez: primeiro o ataque às causas da inflação, que estão na tremenda desorganização financeira do setor público, para depois proceder-se à eliminação da chamada inflação inercial produzida pela indexação. Em outras palavras, primeiro se combaterá a causa da inflação; depois serão atacados seus efeitos.

Como disse a futura ministra da Economia, "a partir" do ajuste fiscal, da reforma administrativa e patrimonial (que inclui a privatização de estatais e a venda de ativos públicos) e da renegociação da dívida externa será possível estabelecer, "em conjunto com a sociedade", a melhor forma, tanto do ponto de vista de eficiência como de justiça, de desindexação da economia. Se o programa for executado da forma como vem sendo anunciado, não demorará para que se torne visível para todos a tendência descendente da inflação. Numa situação dessas, a desindexação — gradual, como se anuncia — será eficaz, como medida complementar à política antiinflacionária, e por isso mais facilmente aceitável por todos.